

Segunda-Feira, 13 de Abril de 2026

Deputados da oposição apontam crime de Bolsonaro e vão ao STF após ataque às urnas

NÃO GOSTARAM

Fonte: G1

Deputados de oposição pediram nesta terça-feira (19) para o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizar investigação de Jair Bolsonaro em razão da reunião com embaixadores estrangeiros na qual o presidente atacou, sem provas, o sistema eleitoral do país.

Eles alegam que o presidente cometeu improbidade administrativa, propaganda eleitoral antecipada, abuso de poder político e econômico e crime contra o Estado Democrático.

Caberá à Procuradoria-Geral da República (PGR) definir se há elementos para fazer uma denúncia formal contra Bolsonaro. Ao Ministério Público Eleitoral, cabe definir se apresenta denúncia por crime eleitoral.

A reunião, realizada na segunda (18), foi uma iniciativa de Bolsonaro. Na residência oficial do Palácio da Alvorada, diante de representantes diplomáticos de outros países, ele repetiu suspeitas sem fundamento e já desmentidas sobre as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral do Brasil.

O presidente baseou a apresentação em um inquérito aberto pela Polícia Federal em 2018, com autorização do STF, sobre a invasão de um hacker ao sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O TSE já informou, por diversas vezes, que esse acesso foi bloqueado e não interferiu em qualquer resultado.

Na ação enviada ao STF, os parlamentares afirmam que Bolsonaro usou o cargo de presidente da República para abalar a ordem democrática.

"Não pode o representado usar do cargo de Presidente da República para subverter e atacar a ordem democrática, buscando criar verdadeiro caos no País e desestabilizar as instituições públicas", diz o texto da representação encaminhada ao tribunal.

Eles chamaram a ofensiva de Bolsonaro contra as urnas de um "despropositado e absolutamente infundado ataque ao sistema eletrônico de votação adotado no país".

Os parlamentares argumentaram que Bolsonaro utilizou recursos públicos, como a estrutura do Palácio da Alvorada e da TV Brasil (a fala dele foi transmitida ao vivo), em proveito próprio.

"Devendo responder por ato de improbidade administrativa ao fazer uso direto e indevido, em proveito próprio, à luz do dia, de bens públicos como a estrutura da Presidência da República e divulgação pela TV Brasil, e por fazer propaganda eleitoral antecipada, cometendo ainda abuso do poder político e econômico e crime eleitoral, agindo de maneira indigna como presidente da República", afirma a ação.

A representação enviada ao STF é assinada pelos seguintes deputados:

Alencar Santana (PT-SP)

Reginaldo Lopes (PT-MG)

Sâmia Bomfim (PSOL-SP)

Renildo Calheiros (PCdoB-PE)

Joênia Wapichana (Rede-RR)

Wolney Queiroz (PDT-PE)

Bira do Pindaré (PSB-MA)

Bacelar (PV-BA)

Afonso Florence (PT-SP)